

Sarney pede ao PMDB que defina logo o mandato

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney abriu formalmente junto ao PMDB a discussão sobre a duração do seu mandato, numa conversa no café da manhã, ontem, no Palácio da Alvorada, com o Líder do partido na Câmara, Deputado Luiz Henrique. A exemplo do que já fizera na semana passada com as lideranças do PFL, Sarney disse a Luiz Henrique que é preciso uma decisão rápida da Constituinte sobre o assunto, pois está convencido de que a atual indefinição sobre o mandato "cria instabilidade e determina que o Governo tenha menos força nas negociações da dívida externa".

O Deputado concordou com o Presidente e se comprometeu a deflagrar a discussão dentro do PMDB tão logo seja aprovado o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Luiz Henrique espera que os políticos tenham a definição reclamada pelo Presidente nos próximos 60 dias. Em termos formais, entretanto, a fixação do mandato presidencial somente será estabelecida nas disposições transitórias da futura Constituição, a ser promulgada provavelmente no fim do ano.

Foi o próprio Presidente quem provocou a conversa sobre a fixação do mandato presidencial, que considera importante para o relacionamento internacional.

— Não é um projeto José Sarney. É uma razão de Estado, para que o Governo tenha estabilidade interna e externa — assegurou o Presidente.

Sarney disse ainda a Luiz Henrique que está aberto às negociações que ocorram no Congresso, e fez questão de ressaltar que a Constituinte é soberana, seja para discutir a duração do seu mandato ou qualquer outro assunto. Mas acentuou que deseja participar das negociações e que não considera uma interferência, pois assim como se prevê a participação da sociedade civil, o Governo também deve ser ouvido.

Luiz Henrique, por sua vez, assegurou a Sarney que o PMDB defende um mínimo de quatro anos para seu mandato.

— Ninguém advoga menos do que isso — disse o Deputado ao Presidente.



Luiz Henrique conversa com Fernando Henrique, observado por Sant'Anna

Planalto espera acordo dos partidos e pode até concordar com cinco anos

BRASÍLIA — A definição sobre o tempo de duração do mandato do Presidente José Sarney deve ser objeto de negociação política entre o PMDB e o PFL para que, posteriormente, seja fixado nas disposições transitórias da nova Constituição. Assessores mais próximos do Presidente Sarney acreditam que haverá um acordo entre o Planalto e o PMDB para fixar um período de cinco anos de mandato presidencial.

A peça fundamental desse acordo, afirmam os assessores de Sarney, é o Presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que detém o poder político no Congresso e no partido e ainda tem aspirações para candidatar-se à Presidência. Um período de seis anos de mandato, como manda a atual Constituição, é uma hipótese praticamente descartada pelo Palácio do Planalto para ser negociada com o PMDB, mas um período de cinco anos já está sendo encarado com otimismo.

Esse acordo não será homologado na figura jurídica do projeto de decisão, proposta inicialmente feita pelo Secretário-Geral do PFL, Saulo Queiroz, que foi rejeitada por Sarney e

pelo Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. Sarney quer um acordo entre os partidos a nível de compromisso para, mais tarde, ser transcrito nas disposições transitórias da Constituição.

Desde as eleições de 15 de novembro que Sarney vem dizendo a seus interlocutores que precisava de uma definição rápida para poder negociar a dívida externa com os credores com maior estabilidade.

Com a reabertura dos trabalhos do Congresso, o assunto voltou a ser discutido e o Presidente reiniciou a conversa com seus interlocutores em busca de uma definição. Desta vez, o argumento da questão externa ganhou mais um elemento: o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, negocia com bancos credores com base em um plano de desenvolvimento da economia num período de quatro anos.

O Porta-Voz da Presidência, Frota Netto, ante a insistência dos jornalistas, reafirmou:

— Cabe à Constituinte decidir sobre a duração do mandato do Presidente, mas a Constituição em vigor fala em um mandato de seis anos.

Pedido foi recebido com contestações

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, fingiu que não sabia de nada. O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, insistiu em contestar a informação.

Na verdade, os dois se esforçaram em desprezar a iniciativa do Presidente José Sarney, que ontem escolheu o Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique, para transmitir ao partido o desejo de ver rapidamente definida a duração do seu mandato.

O próprio Luiz Henrique, até ontem um interlocutor pouco freqüente do Presidente, comunicou a Ulysses o desejo de Sarney. Logo após o café da manhã, no Palácio da Alvorada, o Líder do PMDB na Câmara foi à residência oficial do Presidente da Câmara, onde relatou a pressa do Chefe do Governo pela definição do mandato.

Luiz Henrique contou, em entrevista, que ouviu de Ulysses a previsão de que o assunto começará a ser debatido tão logo sejam formadas as subcomissões da Assembléia Constituinte.

Ulysses, porém, preferiu contar outra história aos jornalistas:

— Conversei pela manhã, por telefone, com o Presidente Sarney e depois, por mais de duas horas, com o meu Líder, Luiz Henrique, e não sei nada sobre isso.

Esforço idêntico ao de Ulysses para desprezar o assunto, foi desenvolvido pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, recebido ontem pelo Presidente Sarney, como aconteceu pela manhã de cada segunda-feira. Sant'Anna deixou o gabinete presidencial dizendo que não recebeu de Sarney nenhuma tarefa no sentido de negociar no Congresso a fixação do período do seu mandato.

— O Presidente nunca conversou comigo sobre o problema do seu mandato. Não conheço ainda sua posição sobre o assunto — disse o Líder do Governo na Câmara.



Marco Maciel chega à ESG acompanhado do Almirante Bernard Blower

Maciel defende prazo de seis anos para Presidente concluir transição

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, defendeu ontem, em entrevista após palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra, um mandato de seis anos para o Presidente José Sarney. Ele apresentou três justificativas para sua posição: Sarney fez um juramento com base na atual ordem constitucional; adquiriu direitos subjetivos nesse sentido; e necessita de tempo para concluir a transição democrática.

Marco Maciel reiterou a defesa do funcionamento conjunto da Câmara, Senado e Constituinte e mostrou-se confiante num rápido entendimento entre o PMDB e o PFL para aprovar o Regimento Interno. Ele acha que as discordâncias sobre o projeto são absolutamente normais no regime democrático e lembrou que na Constituinte de 1946 a discussão do Regimento durou 40 dias.

O Ministro acredita que o recesso da Câmara e do Senado acabará por fazer migrar para a Constituinte todos as questões da legislação ordinária, inclusive os debates do tipo pinga-fogo. Ele lembrou que somente em 1823 a Constituinte absorveu os trabalhos de legislação ordinária e disse que a atual Assembléia não

tem essa atribuição.

Lembrando que o "Compromisso com a Nação", documento que resultou na Aliança Democrática, não estabelece o número de anos do mandato presidencial, Maciel admitiu que Tancredo Neves, em conversas informais, tenha se manifestado por quatro anos. Acrescentou, porém, que isso será discutido pela Constituinte, como desejava Tancredo.

Para Marco Maciel, os poderes da Constituinte são ilimitados. Ele acha, porém, que os atuais Constituintes não podem, sob o pretexto de obter a soberania, alterar o texto constitucional vigente.

No começo da tarde, Marco Maciel proferiu palestra na Escola de Guerra Naval. As 18 horas, lançou seu livro, Educação e Liberalismo, no Espaço Cultural José Olympio, onde estiveram presentes o Senador Roberto Campos, o cientista político Hélio Jaguaribe, o Presidente da Fundação Educar, Vicente Barreto, e o Presidente da Xerox, Sérgio Gregori. Maciel definiu seu livro como um depoimento sobre a educação no Brasil, base para uma discussão mais ampla sobre o assunto.

Partido considera a discussão inoportuna

BRASÍLIA — Todos os setores do PMDB repeliram, ontem, o desejo expresso pelo Presidente Sarney de fixar o mais rapidamente possível o período de seu mandato. Do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que considera inoportuna a discussão sobre o mandato do Presidente, até a "esquerda" do partido, que condiciona o período do mandato ao desempenho do Governo, o desejo do Presidente foi repudiado.

— O mandato só será discutido no momento certo. E este ainda não é o momento certo — disse o Líder do Governo.

O Presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, reafirmou que convocará o partido "no momento oportuno" para consultá-lo sobre o mandato do Presidente.

— E obvio que o partido tem de apreciar isso. Mas no momento oportuno — afirmou.

Ulysses acredita que a discussão sobre o mandato do Presidente Sarney será deflagrada tão logo sejam constituídas as subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte. O tema deverá ser debatido na "Subcomissão dos Poderes de Estado", no grupo relativo ao poder Executivo. Depois será levado à Comissão de Sistematização e a definição caberá, finalmente, ao plenário da Constituinte.

Na opinião do Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique, o período de mandato do Presidente Sarney só deverá ser definido no final dos trabalhos da Constituinte, quando forem votadas as "disposições transitórias". Ele vê possibilida-



Ulysses e Fernando Henrique não aceitam a discussão rápida do mandato

de, contudo, de os partidos que formam a Aliança Democrática firmarem um acordo político antecipado sobre o mandato de Sarney.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, apoia a idéia:

— A votação deve ser precedida de um acordo. Como vamos nos reunir se não tivermos resolvido nada?

Já o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, acha difícil definir já o mandato de Sarney e rejeita o argumento de que ele precisa ter a definição para conseguir melhores condições na negociação da dívida externa.

— A negociação da dívida é feita em nome do País e não do seu Presi-

dente — disse Fernando Henrique.

Ele foi apoiado pelo Senador Mário Covas, candidato a Líder do PMDB na Constituinte, que observou: "Final, quando se negocia a dívida é por um prazo bem maior do que um mandato", disse.

O Deputado Egidio Ferreira Lima (PE), um dos representantes da ala "esquerda" do partido, entende que o PMDB não pode comprometer-se, desde já, com um período de mandato do Presidente Sarney.

— O PMDB não quer fechar a porta a uma solução institucional na possibilidade do agravamento da crise que o País vive — afirmou, obser-

vando que se a fixação do mandato tivesse de ser feita agora, o Presidente Sarney não obteria os seis anos de mandato, em função da crise econômica.

O Prefeito do Rio, Saturnino Braga (PDT) disse ontem, após encontrar-se com o Presidente Sarney, que a definição do mandato não deve estar ligada à renegociação da dívida externa porque, caso contrário, "transmite uma imagem de fraqueza" aos credores internacionais.

Sem ter tratado do assunto com o Presidente, Saturnino defendeu a eleição presidencial logo após a promulgação da Constituição. O sucessor de Sarney, no seu entender, deve cumprir um mandato de três anos, a fim de promover a coincidência de eleições para o Congresso e cargos do Executivo.

Já o PT concorda com a idéia de se definir desde já o mandato do Presidente, mas acha, segundo o Deputado José Genoíno, que o único instrumento adequado para isso é o projeto de decisão. Para o PT, a Constituinte deve estabelecer que o atual mandato presidencial é transitório e convocar eleições diretas a serem realizadas quatro meses após o encerramento de seus trabalhos.

O PT, segundo Genoíno, é "radicalmente contra" a idéia de que o mandato presidencial seja definido agora por um acordo político dentro da Aliança Democrática e "passado para o papel" apenas na aprovação da nova Carta. Para ele, o Presidente Sarney, ao lançar a discussão sobre seu mandato, "está tentando ganhar legitimidade da Constituinte, já que não tem legitimidade popular".

Ministro acha que problemas do País exigem um trabalho mais demorado

BRASÍLIA — O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, alinhou ontem uma série de razões para que se mantenha o mandato de seis anos do Presidente José Sarney. Começou pelas dificuldades econômicas externas e internas; percorreu a defesa de eleições gerais ao fim do mandato presidencial; e terminou com a maturação que as "medidas amargas e necessárias tomadas agora" necessitam para se tornarem "doces".

Para o Ministro, o Presidente não precisa pedir, mas aceitar mais quatro anos de mandato.

— A situação do País, tanto econômica como política, exige isso — comentou.

Antônio Carlos discorda das afirmações do Ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, de que o Presidente Tancredo Neves teria assumido um compromisso com a Nação por um mandato presidencial de quatro anos.

— Todas as vezes que eu conversei com ele sobre esse assunto — recordou — o Dr. Tancredo dizia que esse era tema para ser tratado pela Constituinte.

No seu entender, a coincidência de nova eleição presidencial com a de um novo Congresso, o que ocorreria com o atual mandato de seis anos, é "absolutamente necessária".

— Existem ainda — acrescentou — os aspectos político e econômico. Não nego que existem hoje homens capazes de assumir a Presidência, mas nenhum deles reúne condições melhores do que as do Presidente Sarney.

A angústia de Sarney pela definição de seu mandato é natural, segundo o Senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que deve reassumir em breve a Presidência do PFL.

— O Presidente ainda não sabe exatamente até onde vai o apoio do PMDB ao seu Governo. Ele precisa saber o período que terá para tentar encontrar soluções para a crise econômica. Necessita de respaldo para negociar a dívida externa.

Palmeira acha que Sarney deve ter assegurados os seis anos de mandato previstos na atual Constituição, mas admite que tanto no PMDB como no PFL há correntes diversas e divergentes sobre a questão. O Senador afirma, porém, que os partidos da Aliança Democrática têm que colaborar para a estabilidade institucional nesta fase de transição.

Na opinião do Líder do PTB — o mais novo integrante da Aliança — na Câmara, Gastone Righi, ao solicitar à Constituinte uma definição rápida de seu mandato, o Presidente Sarney quer, na verdade, "livrar-se das pressões e extorsões feitas por setores do PMDB".

— Ao próprio PMDB, não interessa definir já o mandato do Presidente — disse Righi. — Ele perderia a principal arma que vem utilizando, que é ameaçar o Governo, despoando-o quando as coisas vão mal e ser Governo quando vai bem.

Righi acha que primeiro é necessário que a Constituinte decida qual será o sistema de Governo, para então posicionar-se pelo tempo do mandato do Presidente.